



TCDF GAB-JMF Fls. _____ Rubrica _____
--

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Processo n.º (B): 4400/91
Origem: Secretaria de Administração-SEA
Interessado: **Maria Célia Puttini Calzá**
Natureza: Revisão de Proventos

Ementa: Revisão de proventos para considerá-los no cargo de Professor, Classe Única, Nível 1, Padrão XXV, de acordo com o previsto no art. 2º, inciso II e parágrafo único da Lei n.º 92/90 e no art. 40, inciso III, alínea "b" e § 4º da CRFB. Decisão n.º 6287/99. Cômputo do tempo de inatividade apenas para nova aposentadoria comum. Pedido de Reexame. Provimento. Cômputo do tempo de inatividade para todos os efeitos. Reinstrução dos autos.

Os autos tratam da revisão de proventos da aposentadoria de **Maria Célia Puttini Calzá**, requerida com fundamento no art. 2º, inciso II e parágrafo único da Lei n.º 92/90 e no art. 40, inciso III, alínea b, da Constituição Federal, com a vantagem prevista no art. 184, inciso II, da Lei n.º 1.711/52, termos em que foi deferida.

A servidora foi inativada em 8.6.78, no cargo de Professor de Ensino Elementar, com base na Lei Complementar n.º 30/77, pelo ato de fl. 28-ap., considerado legal por esta Corte em 19.3.81.

A revisão de proventos que se examina foi concedida com efeito a partir de 9.4.90.



TCDF GAB-JMF Fls. _____ Rubrica _____
--

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Em relação à matéria versada nos autos, cumpre registrar que este Tribunal, em princípio, houve por bem considerar ilegais todos os atos fundados na Lei n.º 92/90, que entendia ser inconstitucional.

Posteriormente, ao exame do Processo n.º 601/91, pela Decisão n.º 5684/94, passou a admitir que a inconstitucionalidade daquela norma não alcançaria as hipóteses de reversão à atividade, ressaltando que o tempo de inatividade somente poderia ser contado para nova aposentadoria.

Por último, na apreciação do Processo n.º 224/91, de que resultou a Decisão n.º 7925/97, o entendimento da Corte evoluiu no sentido de estender às revisões de proventos fundadas na Lei n.º 92/90 o mesmo tratamento dispensado às reversões.

Nos autos, verifica-se que a presente revisão foi concedida mediante o aproveitamento do tempo em que a servidora esteve aposentada para todos os efeitos, a saber: aposentadoria especial em atividade de magistério, adicional por tempo de serviço, licença especial não gozada, vantagem prevista no art. 184, II, da Lei n.º 1.711/52 e posicionamento em padrão.

Assim, o órgão instrutório suscitou a necessidade de diligência, com vista ao exato cumprimento da lei, proposta nos seguintes termos:

"I - excluir o tempo de inatividade da contagem para fim de concessão de Padrões, reposicionando a servidora em sua carreira à vista, tão-somente, do



TCDF GAB-JMF Fls. _____ Rubrica _____
--

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

tempo em que esteve em efetivo exercício de magistério;

II - *retificar o ato de fl. 08-apenso a fim de consignar o correto posicionamento da servidora, excluir a vantagem do artigo 184-II, da Lei n.º 1711/52, bem como excluir a alínea “b”, do artigo 40, inciso III, da CRFB e incluir a alínea “c”, do mesmo diploma legal, visto que o tempo de inatividade somente poderá ser aproveitado para nova aposentadoria comum, conforme Decisão n.º 7.925/97 (Processo n.º 224/91);*

III - *elaborar Demonstrativo de Tempo de Serviço, em substituição ao de fl. 03-apenso, levando em conta que apuração deverá encerrar-se em 08.04.90 (véspera da revisão), que o tempo de inatividade deverá ser excluído da contagem para fins de quinquênios e de licença especial e que o período a que se trata a Lei n.º 22/89 (40 dias) deverá ser incluído na referida apuração;*

IV - *elaborar Abono Provisório, em substituição ao de fl. 67-apenso, em conformidade com a Decisão Normativa n.º 02/93 - TCDF, a fim de consignar o nome e matrícula corretos da servidora, excluir a vantagem do artigo 184-II, da Lei n.º 1711/52, corrigir o percentual de quinquênios, considerar o posicionamento e a proporcionalidade dos*



TCDF GAB-JMF Fls. _____ Rubrica _____
--

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

proventos a que faz jus a servidora, haja vista o contido nos itens I a III, tendo por base a carga horária de 40 horas, conforme decidido no Mandado de Segurança - TJDF n.º 2.292/90;

V – tornar sem efeito os documentos substituídos."

Na Sessão Ordinária n.º 3446/99, esta Corte, acolhendo voto que proferi, adotou a Decisão n.º 6287/99, na qual foi determinado à jurisdicionada que providenciasse as correções propostas na instrução, sem embargo de dar à interessada prévia ciência, a fim de que pudesse exercer eventual direito de defesa.

Em decisão adotada posteriormente, no Processo n.º 3755/90 (Decisão n.º 8552/99), acompanhando, ainda, voto que apresentei, o Tribunal "deliberou pelo sobrestamento dos processos que tratam de revisão de proventos com fundamento na Lei n.º 92/90, bem como pela suspensão do cumprimento das decisões que determinaram diligências à Secretaria de Administração em relação a essa matéria, até que sejam examinadas as razões apresentadas pelos interessados em defesa da manutenção dos atos revisórios, dando-se à jurisdicionada a devida ciência."

Às fls. 39/48, consta expediente que a interessada apresentou, requerendo o reexame da Decisão n.º 6287/99, por meio da qual foi determinada a diligência destinada a corrigir as imperfeições decorrentes do aproveitamento do tempo de inatividade.



TCDF GAB-JMF Fls. _____ Rubrica _____
--

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Ao deduzir sua postulação, ressalta que "faz parte de uma enorme lista de professores discriminados e injustiçados sucessivas vezes pelo Governo da Capital, inclusive já tendo o Egrégio Tribunal de Justiça do DF firmado jurisprudência unânime no sentido das irregularidades e danos causados pelos atos do GDF...".

Depois de se reportar a vários julgados daquela Corte, traz à colação voto condutor proferido na Apcv n.º 14.242/86, pelo Desembargador Manoel Coelho, nos seguintes termos:

" VOTO

.....

*Tudo começou com o **grave erro da Administração** ao suprimir o Grupo-Magistério, na implantação do novo Plano de Classificação, instituído pela Lei n.º 5.920/73, o Grupo-Magistério. O seu propósito era transferir todo o pessoal do quadro de Ensino para a Fundação Educacional, impondo a funcionários de regime estatutário o ingresso em quadro da mesma atividade, mas de regime diverso, o da relação de emprego, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, em aberto contraste com a norma do 2º, do art. 98, do Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967.*

Certo que a transferência não fora, nem podia ser, automática, concedeu-se aos integrantes do quadro estatutário das funções de ensino, a possibilidade de opção: ou aceitavam a integração no quadro de



TCDF
GAB-JMF
Fls. _____
Rubrica _____

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

peçoal da Fundação Educacional do DF, ou no Plano de Classificação de cargos como clientela geral. Assim, os professores estatutários, ou se resignariam com a alteração de seu regime, ou deveriam ser aproveitados em qualquer cargo que não fosse o de sua especialidade ou habilitação técnica. Fora dessas alternativas, ambas indesejáveis e até mesmo constrangedoras, o que restou a esses professores foi a permanência no quadro suplementar de peçoal, com lotação na Fundação Educacional, com o resguardo de certas garantias. Nem se diga que essa permanência em quadro suplementar, fadado à extinção, como extinto veio a ser, seria uma cômoda solução para os professores expurgados, indevidamente e contra a sua vontade, do plano de classificação que se implantava sob as diretrizes de profissionalização, valorização e dignificação do serviço público.

Mas era preciso criar uma nova opção, com vistas a extinguir o quadro suplementar, onde naturalmente se concentravam os funcionários ociosos. E essa nova opção veio com a Lei Complementar n.º 30, de 1977, criando a aposentadoria proporcional ao tempo de serviço.

Assim marginalizados, e sem qualquer perspectiva de retorno às suas funções de professores estatutários, muitos deles, como os autores, decidiram



TCDF GAB-JMF
Fls. _____
Rubrica _____

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

se aposentar, saindo pela porta que a Administração estrategicamente lhes abrisse.

Até aqui o constrangimento das opções de desvio forçado de funções não haviam chegado ao cúmulo dos desacertos e dos despropósitos. O erro em cascata da Administração, consagrado pela lei, viria culminar com a recriação do Grupo-Magistério, pelo Decreto n.º 4.859, de 15 de outubro de 1.979, quase dois anos depois da Lei Complementar n.º 30/77, que instituíra aquela especial aposentadoria pela qual já haviam decidido os autores. E pior foi que o decreto que recriou o Grupo-Magistério, desinteressado pela sorte de quem se aposentara em condições adversas e induzidos a erro, não ensejava aos autores o retorno às suas funções de docência, a exemplo da solução justa encontrada por uma lei mineira, citada nas contra-razões do apelo.

Como se vê, a emenda da Administração, no particular, sobreveio tardia, como se fosse um verdadeiro logro aplicado aos professores marginalizados e impacientes. Será que os autores deveriam arrostar com as desgraças de sua impaciência. Por que não aguardaram como tantos outros, uma futura, ainda que incerta oportunidade? Simplesmente porque foram induzidos em erro, e em erro essencial quanto a opção que lhes foi oferecida, de deixar o serviço público como professores



TCDF GAB-JMF Fls. _____ Rubrica _____
--

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

estatutários, depois de expulsos do quadro próprio pela sua devida extinção.

Certo que as opções foram muitas e variadas. Mas nenhuma delas desfaz o vício do constrangimento e da ilegalidade, quando, como no caso, se nega precisamente aquela que, além de desejada como única, é por direito negada.

*Tenho como caracterizado, na espécie, não propriamente a coação, e, sim o **erro essencial**. O pedido de aposentadoria, nas condições em que fora feito pelos autores, significa - não resta a menor dúvida - um erro de vontade quanto ao exercício do ato jurídico praticado.*

Pergunta-se: se os autores soubessem que dois anos depois um Decreto recriaria o cargo de professores estatutários, teriam eles, ainda assim, pedido a aposentadoria? Essa indagação, a meu ver, é o suficiente para demonstrar vício de vontade pelo erro.

*Esses funcionários não acreditaram que futuramente a própria Administração encontrasse a solução satisfatória, não lesiva aos direitos como veio a ocorrer depois que eles, desesperançados, se deslocaram para uma **porta aberta**, como disse, **estrategicamente, pela Administração**.*



TCDF GAB-JMF Fls. _____ Rubrica _____
--

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Para terminar, desejo pôr em foco, ainda que de relance, um tema preocupante suscitado na Tribuna pelo ilustre advogado do apelante. Refiro-me às vantagens que a sentença, termos em que foi dada, trará para os autores, que receberão diferenças de vencimentos atrasados, sem terem prestado serviço efetivo, como manda a lei. Ocorre, como bem salientou o ilustre 3º Procurador da Justiça nesta assentada, a hipótese não é de reversão e nem de readmissão, que de resto está revogado pelo Dec.-Lei n.º 200.

Trata-se, aqui, de reintegração, como medida reparatória e nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos, art. 58: "A reintegração, que correrá de decisão administrativa ou judiciária, é o reingresso no serviço público, com ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo".

Tanto a jurisprudência como a doutrina, de a muito, assentaram que nos casos de reintegração o funcionário terá direito a todas as vantagens que deixara de perceber, em razão anulável da Administração.

Com esses breves fundamentos nego provimento à apelação e ao recurso de ofício."



TCDF GAB-JMF Fls. _____ Rubrica _____
--

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Restou mantida, assim, a decisão de 1º grau, nos seguintes termos:

*"ISTO POSTO, pelas razões acima aduzidas, julgo procedente o pedido formulado na inicial, para declarar, como declaro, insubsistentes os atos das aposentadorias dos requerentes, retornando-os à atividade, independentemente de inexistência de vagas na respectiva classe, e determino ao réu que proceda a transposição dos autores ao quadro do Grupo-Magistério de Ensino de 1. e 2. Graus, observada a titulação de cada um deles para o enquadramento no Nível e na Classe correspondentes, em regime de 40 horas semanais, na forma dos Decretos ns. 4.759/79 e 5.329/80; **Condeno** ainda o Distrito Federal a pagar aos autores, a partir dos atos de suas aposentadorias, a diferença entre os proventos proporcionais recebidos e os vencimentos dos cargos que ocupavam, até 15/Outubro/1979; a partir desta data, a diferença apurada entre os proventos e os vencimentos do cargo de Professor de 1. e 2. Graus, integralizando-se, pagas essas diferenças com os vencimentos decorrentes da transposição; o **tempo em que os autores ficaram inativos será considerado como de efetivo serviço** para os efeitos de **promoções, quinquênios e aposentadoria**; sobre as prestações vencidas e vincendas não pagas incidirão juros e correção monetária."*



TCDF GAB-JMF
Fls. _____
Rubrica _____

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Acrescenta que, diante do quadro de injustiça e para evitar novas e numerosas demandas judiciais, o Governador do Distrito Federal encaminhou ao Senado Federal o projeto-de-lei que resultou na Lei n.º 92/90, enfatizando na mensagem o seguinte:

*"Com vistas à solução do impasse foram editados o Decreto n.º 10.025, de 23 de dezembro de 1986, e a Lei n.º 7.598, de 11 de maio de 1987, com a finalidade de permitir aos aludidos servidores o reingresso na Categoria Funcional de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus. Entretanto, esses dispositivos legais não alcançaram os **aposentados** com base nas prefaladas **Leis Complementares ns. 30/77 e 36/79**.*

*Assim **objetivando proporcionar tratamento isonômico aos ex-servidores** retromencionados, por se tratar de situação funcional, **direitos e deveres idênticos aos dos que foram beneficiados** pelas normas supracitadas, encaminho a essa Casa do legislativo o anexo projeto de lei, que dispõe sobre a reversão do servidor para o cargo de Professor da Carreira Magistério Público do Distrito Federal e dá outras providências".*

Ressalta, ainda, a servidora que a edição da Lei n.º 92/90 teve como causa eficiente as decisões da Justiça, expressando fielmente a jurisprudência que se formou a partir do reconhecimento de que os professores, ao se aposentarem, foram induzidos a erro essencial.



TCDF GAB-JMF Fls. _____ Rubrica _____
--

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Arremata pedindo o reexame da Decisão n.º 6.287/99, a fim de que seja considerada legal a revisão de proventos tratada nos autos, não sem antes transcrever ementa de julgado do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que considera esclarecedora, nos seguintes termos:

"Mandado de Segurança - Administrativo - Servidor Público - Professores Aposentados - Lei n.º 92/90 e Decreto n.º 4.859/79 - Adicional de 20% - Carga Horária - 40 Horas - Princípios da Irredutibilidade e Isonomia. I - A Lei n.º 92/90 visou sanar vícios de que se revestiram os atos de aposentação, considerando como de efetivo exercício o lapso de tempo em que estiveram, os professores, por culpa exclusiva da Administração, inativados e percebendo proventos inferiores à remuneração auferida pelos servidores ativos. II - Dita Lei vedou-lhes a possibilidade de reversão ou porque haviam completado tempo, ou porque atingiram idade de inativação, ou não poderiam reverter à ativa por motivo de saúde. III - A vantagem do adicional de 20%, acrescida aos proventos era prevista no art. 184, item II, da Lei n.º 1.711/52, aplicável aos servidores do Distrito Federal, ex vi do disposto no art. 1º da Lei n.º 6.701/79. IV - Se da revisão da aposentadoria foi retirado tal percentual, violado está o inciso XV, do art. 37, da Constituição Federal, relativo ao princípio da irredutibilidade de



TCDF GAB-JMF Fls. _____ Rubrica _____
--

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

vencimentos. V - Com o advento da Lei n.º 4.859/79, passaram a existir duas cargas horárias, quais sejam de 20 horas e 40 horas, esta a título de incentivo funcional." (MSG n.º 8179/98 - Relator Desembargadora Dr.ª Nancy Adrighi - DJU 18/08/99 - p. 41).

O diligente órgão instrutório, em manifestação bem articulada, rechaça as razões sustentadas no pedido de reexame, invocando o entendimento sedimentado desta Corte em relação à matéria.

Enfatiza que "em que pese o elenco de decisões trazidas à baila, as mesmas não têm o condão de alterar o deslinde da questão, visto que a servidora não figurou como parte integrante em quaisquer demandas judiciais que pudessem garantir-lhe o direito à manutenção da percepção das vantagens decorrentes da Lei n.º 92/90, à exceção do incentivo funcional de 40 horas informado na instrução anterior, consoante consulta junto ao TJDF, e devido à ausência nos autos"...de qualquer notícia ou documento nesse sentido".

Acrescenta que "a ação judicial promovida por Áurea Schiochet e outros (Mandado de Segurança n.º 3.543/93) foi apreciada pelo STF, em sede de Recurso de Agravo Regimental, em Agravo de Instrumento. Embora o Acórdão proferido no referido Agravo tenha sido favorável aos impetrantes da ação, o mesmo não tem efeito vinculante, inexistindo, conforme indicado, decisão emanada pelo Supremo Tribunal Federal, em matéria de ADIN, acerca da Lei n.º 92/90".



TCDF GAB-JMF Fls. _____ Rubrica _____
--

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Por último, são oferecidas as sugestões constantes de fl. 56, nos seguintes termos:

I – tomar conhecimento dos documentos de fls. 39/49, inerentes às razões de defesa apresentadas pelo advogado constituído pela interessada, em relação à Decisão n.º 6.287/99, ex vi do seu item “2”;

II – manter, integralmente, os termos da Decisão n.º 6.287/99, devido à ausência de fato novo que possa alterar o deslinde da questão, a fim de determinar a realização de diligência junto à Secretaria de Administração, a fim de que, no prazo de 60 dias, sejam adotadas as seguintes providências:

a) excluir o tempo de inatividade para fim de concessão de padrões, reposicionando a inativa em sua carreira, à vista, tão-somente, do tempo em que esteve em efetivo exercício de magistério;

b) considerar o tempo de inatividade da interessada apenas para efeito de aposentadoria comum e, por via de consequência, retificar a revisão de proventos de fl. 08-apenso, a fim de fundamentá-la na alínea “c” do inciso III do art. 40 da Constituição Federal, consignando o correto posicionamento da servidora e excluindo a vantagem do art. 184, II, da Lei n.º 1711/52;



TCDF
GAB-JMF
Fls. _____
Rubrica _____

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

c) confeccionar outro demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 3-apanso, a fim de encerrar a apuração em 8.4.90, véspera da revisão, excluir o tempo de inatividade para efeito de quinquênios e licença especial e incluir o período (40 dias) tratado na Lei n.º 22/89;

d) substituir o Abono Provisório de fl. 67-apanso, em conformidade com a Decisão Normativa n.º 2/93-TCDF, a fim de considerar o correto posicionamento da servidora e a proporcionalidade dos proventos a que faz jus, excluir a vantagem do art. 184, II, da Lei n.º 1711/52, retificar o percentual de quinquênios, considerando a carga horária de 40 horas;

e) tornar sem efeito os documentos substituídos;

Os autos foram encaminhados ao douto Ministério Público junto à Corte, por despacho do Relator, constante à fl. 59, onde recebeu o Parecer n.º 3P.0597/00, subscrito pelo emitente Procurador Dr. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, cuja conclusão vai transcrita:

"Isto posto, este Ministério posiciona-se pelo acolhimento integral por parte do Egrégio Plenário das sugestões apresentadas pelo Órgão Instrutivo, aguardando o retorno dos presentes autos."

É o relatório.



TCDF GAB-JMF Fls. _____ Rubrica _____
--

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

VOTO

A revisão de proventos que se examina foi concedida com amparo na Lei n.º 92/90, a partir de 9.4.90.

Permito-me, acreditando que facilitaria a apreciação a ser feita por meus pares, transcrever, na parte que interessa, o texto do diploma legal antes referido:

"Art. 1º - O servidor que passou à inatividade nos cargos de Professor de Ensino Elementar e de Professor de Ensino Médio, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal, nos termos das Leis Complementares n.º 30, de 27 de julho de 1977, e n.º 36, de 31 de outubro de 1979, poderá, mediante opção, reverter à atividade para o cargo de Professor da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, nos termos desta Lei.

Parágrafo único - a reversão efetivar-se-á de acordo com a habilitação do servidor nos níveis em que se distribui o cargo de Professor.

Art. 2º - Não poderá reverter o aposentado:

I - que houver atingido o limite de idade para a aposentadoria compulsória;



TCDF
GAB-JMF
Fls. _____
Rubrica _____

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

II - que contar tempo de serviço suficiente para a aposentadoria voluntária, incluído o tempo da inatividade;

III - que for julgado inapto em inspeção médica.

Parágrafo único - na hipótese prevista no inciso II, o funcionário continuará na inatividade, com revisão dos proventos, levando-se em consideração o tempo de serviço, inclusive da inatividade.

Art. 3º - O servidor de que trata esta Lei será investido em cargo automaticamente criado com o exercício, independentemente da existência de cargo na lotação.

§ 1º - A reassunção do exercício ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de reversão, prorrogável por igual prazo;

§ 2º - Após a reversão, a lotação ficará automaticamente ajustada, com observância dos percentuais fixados para promoção".

Como está claro, os servidores aposentados nos cargos de Professor de Ensino Médio, do Quadro Suplementar, nos termos das Leis Complementares nºs 30/77 e 36/79, foram contemplados com a possibilidade de retornar à atividade, superadas as restrições dos três incisos do art. 2º ou obter revisão de proventos, aqueles que contassem



TCDF GAB-JMF Fls. _____ Rubrica _____
--

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

tempo de serviço para a aposentadoria voluntária, incluído o tempo da inatividade.

Referida norma, consoante ficou ressaltado na mensagem que acompanhou o projeto de lei que lhe deu origem, destinou-se a proporcionar tratamento isonômico aos servidores aposentados, seja porque as disposições do Decreto n.º 10.025/86 e da Lei n.º 7.598/87 somente alcançaram o pessoal em atividade, seja porque reiteradas decisões da Justiça vinham reconhecendo direitos semelhantes aos inativos, mediante o cômputo do tempo de inatividade para todos os efeitos.

Em suma, a carreira de magistério, extinta nos termos da Lei n.º 5.920/73, foi recriada pelo Decreto n.º 4.859/79, permitindo-se, nos termos do Decreto n.º 10.025/86 e da Lei n.º 7.598/87, o reingresso dos ex-integrantes ainda em atividade.

Aqueles que se inativaram com proventos proporcionais, amparados nas Leis Complementares nºs 30/77 e 36/79, não mereceram contemplação.

Restou-lhes o socorro do Poder Judiciário, que invocaram com êxito.

Seguidas decisões reconheceram em favor daqueles que deduziram postulação perante à Justiça o direito de computar para todos os efeitos o tempo de inatividade, inclusive para a aposentadoria especial de professor.



TCDF GAB-JMF Fls. _____ Rubrica _____
--

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Na verdade, o que se extrai do excerto do voto transcrito no relatório, proferido pelo eminente e saudoso Desembargador Manoel Coelho, bem como de outros que me foi dado conhecer, é que o egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal vislumbrou nas inativações a ocorrência de erro substancial em desproveito dos servidores, induzido pela Administração.

A teoria abraçada por aquela Corte é tomada por empréstimo ao Direito Civil, que, na disciplina do ato jurídico, elenca os defeitos capazes de infirmá-lo.

Entre eles, figura o erro, que, na lição de Sílvio Rodrigues, "é a idéia falsa da realidade, capaz de conduzir o declarante a manifestar sua vontade de maneira diversa da que manifestaria se porventura melhor a conhecesse". Acrescenta que "erro substancial, define a doutrina, é aquele de tal importância que, se fosse conhecida a verdade, o consentimento não se externaria". (Direito Civil, Parte Geral, Vol. I, 23ª edição, Ed. Saraiva, páginas 198/199).

Maria Helena Diniz, em Curso de Direito Civil Brasileiro, 1º vol. 13ª edição, Ed. Saraiva, p.289, conceitua referido defeito do ato jurídico da seguinte forma:

"Num sentido geral erro é uma noção inexata, não verdadeira, sobre alguma coisa, objeto ou pessoa, que influencia a formação da vontade. Se influi na vontade do declarante, impede que se forme em consonância com sua verdadeira motivação; tendo sobre um fato ou sobre um preceito noção incompleta,



TCDF GAB-JMF Fls. _____ Rubrica _____
--

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

o agente emite sua vontade de modo que a manifestaria se dele tivesse conhecimento exato ou completo."

Como se percebe, o erro interfere na manifestação da vontade, levando o agente a praticar atos que seriam indesejados, caso a realidade fosse de seu conhecimento.

Sabe-se que a vontade é determinante para a formação do ato jurídico, cuja validade, entre outros requisitos, pressupõe a sua manifestação livre e consciente.

Toda vez que algum defeito acomete o ato, a exemplo do erro, do dolo, da coação, tolhendo a livre formação e manifestação da vontade, resulta vício capaz de infirmá-lo.

O entendimento expresso nas decisões judiciais a respeito do caso em exame é no sentido de que a Administração levou os servidores a incidir em erro, porque os empurrou para a aposentadoria com proventos proporcionais, depois de haver extinto a carreira de magistério, recriando-a em seguida, quando propiciou aos professores remanescentes, aqueles que não aceitaram a alternativa da aposentação, o reingresso a que já me reporte.

Nesse contexto é que foi editada a Lei n.º 92/90, inspirada pelas decisões judiciais e pelo propósito de corrigir injustiça, segundo o que foi declinado na mensagem que justificou o respectivo projeto.



TCDF GAB-JMF Fls. _____ Rubrica _____
--

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Na aplicação da lei, a Administração entendeu que deveria dar-lhe a extensão das decisões judiciais, computando para todos os efeitos o período de inatividade.

Assim o fez, há cerca de 10 anos, período no qual os inativos contemplados vêm se beneficiando da revisão de proventos que lhes foi deferida.

O entendimento desta Corte, sedimentado nas Súmulas de Jurisprudência, conforme Enunciado n.º 53, no sentido de que o período de inatividade só poderia ser aproveitado para nova aposentadoria, é irretocável, nos termos da legislação que o embasou.

Todavia, a situação de que se cuida nos autos é diferente e particular. Aqui, a Administração houve por bem corrigir injustiça, que reconheceu haver praticado em relação a determinados servidores, inspirada pelo princípio constitucional da isonomia e orientada por reiteradas decisões judiciais.

Penso que este Tribunal poderá, considerando todas essas circunstâncias, em caráter excepcional, sancionar o comportamento adotado, reconhecendo sua razoabilidade.

Importa, ainda, levar em conta mais um fator, qual seja o tempo que transcorreu desde a revisão de proventos, cerca de 10 anos.

Com efeito, a segurança das relações jurídicas, objetivo que o ordenamento legal persegue e procura garantir, restaria



TCDF GAB-JMF Fls. _____ Rubrica _____
--

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

seriamente comprometida, caso persista a determinação para invalidar o ato de revisão.

A propósito, a título de exemplo que considero eloquente, vale trazer à colação dispositivo encartado na Lei n.º 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, com o seguinte teor:

"Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé."

Por todo o exposto, levando em conta o caminho descortinado pelas decisões judiciais a que me reporte, o interesse da Administração em corrigir injustiça que reconheceu haver cometido e o interesse da segurança das relações jurídicas, **voto** no sentido de que este Egrégio Plenário:

1. conheça do pedido de reexame e, no mérito, dê-lhe provimento para desconstituir a Decisão n.º 6.287/99;
2. passe a admitir, nos casos de revisão de proventos com amparo no parágrafo único do art. 2º da Lei n.º 92/90, o cômputo do tempo de inatividade para



TCDF
GAB-JMF
Fls. _____
Rubrica _____

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

todos os efeitos, inclusive aposentadoria especial em atividade de magistério;

3. determine à 4ª ICE que, a teor da presente decisão, promova a reinstrução dos processos que tratam da matéria, ficando suspenso o sobrestamento decidido no Processo n.º 3755/90.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 2000.

JOSÉ MILTON FERREIRA

Conselheiro